



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

PA Nº 5211/2013

ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

No dia 11 de setembro de 2017, às 09h00, o Excelentíssimo Desembargador-Presidente, Breno Medeiros, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Presidente, Paulo Sérgio Pimenta, o Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, Kleber de Souza Waki, o Excelentíssimo Juiz Presidente da AMATRA, Cléber Martins Sales, a Excelentíssima Juíza Wanda Lúcia Ramos da Silva, representando o Diretor da Escola Judicial e os servidores Ricardo Werbster P. de Lucena - Diretor-Geral, Pedro Horácio Borges de Assis - Secretário-Geral da Presidência, Cléber Pires Ferreira - Secretário-Geral Judiciário, Geisa Azevedo Carlos Campelo - Secretária-Executiva da Secretaria-Geral Judiciária, Maria José de Lourdes - Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Flávia Valeska de Oliveira Costa - Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Marcelo Marques de Matos - Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Suzana Lage Ferreira - Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Flávia Ferreira Souza – Chefe do Núcleo de Administração Orçamentária e Financeira, Paulo Sérgio de Castro, representando a Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, Thais Artiaga Esteves Nunes, representando a Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos, Hugo da Silva da Silva - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Elmo César Coevas Loubet - Diretor da Secretaria de Recursos de Revista, Letície Passos Borges - Assessora de Apoio Institucional, Wilane Carlos da Silva - Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, Thiago Domiciano de Almeida – Assessor do Gabinete da Vice-Presidência, Márcia Divina Bueno Rosa - Coordenadora da Coordenadoria de Comunicação Social, Katya Vassilievna Chuc, Assessora do Gabinete do Desembargador-Presidente, Murilo de Barros Carneiro – Diretor da Secretaria de Gerenciamento do Pje, Augusto Claudino Dias – Chefe do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, Robinaldo José Santos Alves - Chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, Flávia Ramos Queiroz Oliveira - Assistente de Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Rafael Ramos Tavares – Chefe da Seção de Acompanhamento de 1º e 2º Graus da Divisão de Estatística e Pesquisa e Wanice Cabral Quixabeira – Chefe da Seção de Planejamento da Secretaria de Gestão Estratégica, reuniram-se na Presidência do Tribunal para realizar a 2ª Reunião de Análise da Estratégia de 2017. A Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Maria José de Lourdes, cumprimentou os presentes, contextualizou a respeito da Reunião de Análise da Estratégia e passou a palavra para o Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Breno Medeiros, que abriu a reunião dando boas vindas a todos e, em seguida, solicitou que se iniciasse o cumprimento dos itens constantes da pauta.

O servidor Wilane Carlos da Silva, Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, apresentou os resultados dos indicadores da área-fim até agosto do corrente ano, utilizando, para tanto, gráficos elaborados a partir de dados estatísticos.

Índice de processos julgados (Meta 1 CNJ)

Relatou que, até o mês de agosto, o índice foi de 104,47% e que, em comparação com o mesmo período de 2016, a produtividade de 2017 apresentou um acréscimo de 5,41%, revelando boa expectativa de cumprimento da meta. Que o índice no 1º grau foi de 107,25% e no 2º grau foi de 93,40%, tendo, pois, os resultados revelados boa expectativa de cumprimento da meta no 1º grau e uma maior cautela com o 2º grau, pois apesar de um acréscimo de 1,50%, se comparado com o mesmo período do ano passado, existe a possibilidade de não cumprimento da meta.

Índice de processos antigos julgados (Meta 2 CNJ)

Após, tratou do desempenho da meta nacional 2, destacando o índice, até agosto, de 95,71%, sendo que no 1º grau foi de 96,07% e no 2º grau foi de 93,09%. Ressaltou que, em comparação com o mesmo período de 2016, a produtividade de 2017 apresenta acréscimo de 1,68%. Que, pela análise dos dados estatísticos, observa-se uma tendência de cumprimento da meta para o 1º grau. Que, no 2º grau, o Tribunal conseguiu alcançar a meta já no início do ano, uma vez que, em janeiro, 90,60% dos processos distribuídos até 2015, no 2º grau, já haviam sido julgados.

Índice de conciliação – fase de conhecimento (Meta 3 CNJ)

Quanto ao “Índice de conciliação – fase de conhecimento”, disse que foi de 50,18%, até agosto. Ressaltou que a tendência de alta foi revertida, caminhando para estabilização e não atingimento da meta.

Índice de execução (Meta 5 CNJ)

Na sequência, comunicou que o “Índice de Execução”, até agosto, foi de 78,40%. Constatou que houve um aumento de 3,39% de execuções baixadas em relação ao mesmo período de 2016. Demonstrou, por meio de projeções futuras, que há uma forte tendência de não cumprimento da meta.

Índice de ações coletivas julgadas (Meta 6 CNJ)

Falou, também, que o “Índice de ações coletivas julgadas” foi de 96,59% no 1º grau. Esclareceu que, não obstante ter havido aumento de 1,30% em comparação com o mesmo período de 2016, a meta precisa ser monitorada e adotadas ações para o seu cumprimento, tal como verificação dos processos pendentes e em que situação os mesmos se encontram. Apresentou os dados das ações coletivas pendentes de julgamento, no 1º grau, que somam 6, destacando que se julgarmos 3 ações coletivas

conseguiremos alcançar a meta. Na oportunidade, o diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Marcelo Marques de Matos, informou que as 2 ações da 3ª Vara do Trabalho de Goiânia serão julgadas ainda este ano. Quanto ao 2º grau, o Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, apresentou o “Índice de ações coletivas julgadas” de 100%.

Índice de redução do acervo dos maiores litigantes (Meta 7 CNJ)

Em seguida, expôs que o índice, até agosto, da meta nacional 7 foi de 111,38%, sendo 123,89%, no 1º grau e 50,29%, no 2º grau. Destacou que houve uma redução, nos 1º e 2º graus, de 9,72%, no grau de cumprimento, em relação ao mesmo período de 2016. E que, apesar de a projeção indicar o cumprimento da meta, há necessidade de constante monitoramento, uma vez que são considerados também os processos que são distribuídos no decorrer do ano. Destacou que a meta apresenta tendência de não cumprimento para o 2º grau. Por oportuno, foi apresentada lista dos maiores litigantes, referente a dezembro de 2016. O Desembargador-Presidente, Dr. Breno Medeiros, solicitou a elaboração de ofício da Presidência, indicando quais são os processos dos maiores litigantes pendentes, para, então, requerer o julgamento dos mesmos.

Tempo médio de duração do processo – 1ª Instância – fase de conhecimento (Meta específica da JT)

Registrou que, até agosto, o “Tempo médio de duração do processo” foi de 151 dias, no 1º grau. Discorreu que houve uma redução de 3,82% em relação ao mesmo período de 2016. E que apesar de a meta ainda não ter sido cumprida, percebe-se uma tendência de redução dos prazos e consequente cumprimento da meta.

Tempo médio de duração do processo – 2ª Instância (Meta específica da JT)

Depois, finalizou informando que, até abril, o “Tempo médio de duração do processo” foi de 201 dias, no 2º grau. Evidenciou que houve redução de 9,87% no prazo, em relação ao mesmo período de 2016. Que a meta apresenta tendência de cumprimento, em razão dos trabalhos e constantes monitoramento dos processos pendentes de baixa nos Gabinetes e Secretaria de Recursos de Revista.

Quanto aos indicadores da área meio, os servidores responsáveis pelas unidades relacionadas aos mesmos, apresentaram os resultados, até agosto do corrente ano, utilizando, para tanto, gráficos elaborados a partir de dados estatísticos.

Coeficiente de acessibilidade à jurisdição

O Secretário-Geral Judiciário, Cléber Pires Ferreira, justificou a meta para 2017 e anos seguintes, sob o argumento de que a redução do índice para 2018 se deve à

transferência da Vara do Trabalho de Pires do Rio para Palmeira e manutenção do Posto Avançado de Pires do Rio, bem como à realização de Justiça Itinerante em Águas Lindas de Goiás (1ª edição) e Campos Belo (3). Registrou que a realização de, pelo menos, uma edição em mais localidades melhora o índice. Em seguida, o Vice-Presidente, Dr. Paulo Sérgio Pimenta, pontuou que houve um pedido para fazer em Cristalina, mas foram retiradas as edições programadas para lá.

Índice de agilidade na tramitação dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços

A servidora Thaís Artiaga Esteves Nunes, representou a diretora da Secretaria de Licitações, apresentou o resultado parcial (em dias) do terceiro trimestre do ano (julho-agosto) das modalidades 'pregão', 'tomada de preços' e 'dispensa e inexigibilidade', respectivamente: 85,37, 91 e 21,69. Ainda, informou os índices do primeiro trimestre (35%), do segundo trimestre (85,71%) e a parcial do terceiro trimestre (84,37%). Que o índice acumulado é de 64,23%, sendo que a meta é 60%. Apresentou um quadro comparativo do segundo trimestre do ano de 2016 com o do ano de 2017. Informou, a pedido do Dr. Breno, o prazo médio de cada modalidade. Ressaltou que todos os prazos foram contados seguindo a mesma base de cálculo definida na Portaria TRT 18 DG nº 855/2014. Que foi registrado sensível redução do prazo médio para a modalidade pregão. Que a 'dispensa e inexigibilidade' não consta no quadro comparativo, pois o acompanhamento e levantamento de dados passou a ser de responsabilidade da Secretaria de Licitações a partir de 2017. Mas que percebeu-se que o período crítico dessas 'modalidades' de contratação é o primeiro trimestre, porque vários processos ficam sobrestados aguardando aprovação do orçamento anual.

Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados

O Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Marcelo Marques de Mato, apresentou, por meio de gráficos, os resultados do indicador: 26 dias (primeiro trimestre), 13 dias (segundo trimestre) e 7 dias (parcial do terceiro trimestre). Que a média apresentada é de 17 dias. Assim, considerando que na última RAE, o Dr. Breno sugeriu a redução da meta fixada para 2017 e que se decidiu por aguardar o desempenho do segundo trimestre, aprovou-se a alteração para 25 dias.

Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores solucionados no prazo

Taxa de pleitos solucionados

iGovPessoas

A Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Flávia Valeska de Oliveira Costa, discorreu sobre os resultados dos indicadores de sua unidade. Inicialmente, apresentou

o resultado do indicador 'Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores solucionados no prazo': 62,83% (primeiro trimestre), 66,91% (segundo trimestre) e 68,34% (parcial do terceiro trimestre). E fez um paralelo com o antigo indicador 'Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios aos servidores', demonstrando que o tempo médio de duração dos PA's em 2016 foi de 29d16h38m, enquanto que em 2017 foi de 11d21h31m. Em seguida, falou sobre o desempenho do indicador 'Taxa de pleitos solucionados': 60,49% (primeiro trimestre), 83,32% (segundo trimestre) e 90,27% (parcial do terceiro trimestre). Quanto ao indicador iGovPessoas, expôs que foi calculado em 2016 e que mudamos de faixa, passando de 'inicial' para 'intermediária', com 49,67%, sendo que a meta de 2016 era 'inicial'. Por fim, informou que a SGPe participará de grupos de trabalho com outros Tribunais, para discutir iniciativas visando melhorar os resultados e alcançar o nível 'intermediário' em 2017 e o 'aprimorado' em 2018. Que se compromete a apresentar, na próxima RAE, as iniciativas do CSJT e do TRT18.

Índice de execução do orçamento disponibilizado

A Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Suzana Lage Ferreira, disse que, até agosto, foi executado 33,84% e que deveria estar em 36,84%. Que, comparando o mesmo período (janeiro a agosto), o desempenho foi de 46,01% em 2016 e de 33,84% em 2017. Evidenciou que a meta mensal realizada está sendo atingida desde o mês de março e que a acumulada alcançou o percentual de 91,86% do previsto. Que o principal fator para o não atingimento da meta acumulada é a ausência de execução dos valores alocados em 'projetos', na ação "Construção Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em Goiânia-GO". Que, excluindo a variável 'projeto' a execução ultrapassaria a meta prevista em 43,91%. Expôs sobre os motivos da baixa execução do projeto, quais sejam: a) atraso no andamento da primeira fase da segunda etapa da obra de construção do Complexo (serviços de fundação, contenção e estrutura dos dois novos blocos), e da segunda fase dessa etapa (fechamento externo, interno, cobertura, impermeabilização, parte das instalações e do acabamento desses edifícios) e b) incêndio ocorrido em outubro de 2015 e negociações com a empresa contratada (principal fator). Que nas demais ações que compõem a variável "atividades", especialmente "Comunicação e Divulgação Institucional" e "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho" - Planos Orçamentários: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, Capacitação de Recursos Humanos e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, os gestores das demandas estão informados dos recursos e tomando as devidas providências para sua execução. Por fim, fez uma comparação com o ano de 2016, tendo pontuado que o resultado do IEOD para o mesmo período em 2016 superou em 30% a meta prevista, mesmo considerando no cálculo os valores de projetos. Isso ocorreu em face da atipicidade da execução orçamentária de 2016, decorrente do corte havido sobre o orçamento da Justiça do Trabalho constante do Projeto de Lei Orçamentária – PLOA 2016, nos percentuais de aproximadamente 30% e 90% sobre as dotações destinadas às

despesas de custeio e de investimento, respectivamente.

Quantidade de novas edificações concluídas

Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas

O servidor Paulo Sérgio de Castro, representando a Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, mostrou os dados dos indicadores “Quantidade de novas edificações concluídas” e “Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas”. Quanto ao primeiro indicador, disse que a unidade judiciária de Goianésia já foi entregue e que a de Goiatuba está prevista para janeiro de 2018, sob a justificativa de que durante a licitação tiveram muitos recursos. Que as Varas do Trabalho de Mineiros e Rio Verde foram modernizadas. Esclareceu que, apesar de a meta ser 5, há expectativa de 9 unidades reformadas em 2017, quais sejam: São Luis de Montes Belos, Aparecida de Goiânia, Goiás, Valparaíso, Formosa, Luziânia e Catalão.

iGovTI

iGovTIC-JUD

O servidor Robnaldo José Santos Alves, chefe do Núcleo de Governança Corporativa de TIC, esclareceu, inicialmente, quanto ao iGovTI, que a avaliação, até o ano de 2016, era realizada, pelo TCU, bianualmente. Mas que, a partir de 2017, a avaliação será feita anualmente, de maneira integrada (Governança Organizacional Pública): temas Liderança, Estratégia, Accountability, Operações (gestão de pessoas, de tecnologia da informação e de contratações) e Resultados. Que em 2016, passamos do nível 'básico' para o 'intermediário', com 64%. Que a classificação do TRT 18 em 2014 era: Grupo (Tribunal): 33º (de 66); Segmento (JUD) 32º (de 65); Geral: 182º (de 372) e em 2016 foi: Grupo (Tribunal): 17º (de 65); Segmento (JUD) 16º (de 64); Geral: 82º (de 368). Fez uma comparação entre as notas obtidas em cada dimensão avaliada, demonstrando que houve uma evolução no período (2014/2016) na nota obtida em todas as dimensões avaliadas, exceto na dimensão 'Pessoas', onde houve um decréscimo de 0,03 pontos (0,49 para 0,46). E, considerando que o TCU alterou a periodicidade de avaliação do indicador, o servidor Robnaldo sugeriu a alteração do Plano Estratégico do TRT18, momento em que deliberou-se pela periodicidade anual e, em seguida, iniciou-se discussões para definição da meta de 2017. Foi sugerido pelo servidor Robnaldo e também pelo Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Hugo da Silva, a meta 'intermediário'. O Desembargador-Presidente, Dr. Breno, disse tratar de uma proposta tímida, considerando o número de treinamentos, o que impacta no indicador. O servidor Hugo expôs que há outros fatores que impactam no índice, tal como 'site backup', 'força de trabalho de TIC' e 'link redundante', os quais não poderão ser atingidos este ano. Assim, a Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Maria José de Lourdes, sugeriu fazer uma reunião do CGOV para tal definição, o que todos concordaram. Em seguida, o servidor Robnaldo fez uma breve explanação acerca do indicador iGovTIC-JUD, esclarecendo tratar-se de uma avaliação anual para aferição

do nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento especificadas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação – ENTIC-JUD (Resolução 211/2015 do CNJ), para o período de 2015/2020. Que não houve avaliação no ano de 2015. Que de 2011 a 2017 o CNJ aplicou questionários de evolução do nivelamento de TIC, com critérios (baseados na Resolução 90/2009 do CNJ) distintos do iGovTIC-JUD. Mostrou que, em 2016, estamos na faixa 'satisfatório', com 69%, obtendo a seguinte classificação: Segmento (TRT's): 2º (de 24); Porte (médio): 4º (de 31); Geral: 7º (de 92). Detalhou os resultados do ano de 2016, por dimensão avaliada.

Ato contínuo, a servidora Flávia Ramos Queiroz Oliveira, assistente da Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, esclareceu que em razão de auditoria realizada pela Secretaria de Controle Interno no processo de revisão do planejamento estratégico, foi recomendado a realização de análise SWOT ao menos uma vez ao ano. Que a questão foi submetida ao Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do Tribunal, que deliberou que a cada Reunião de Análise da Estratégia seriam identificadas as mudanças de cenário e, que na última RAE do ano, estas seriam consolidadas, formando, assim, uma matriz SWOT atualizada anualmente. Na primeira RAE deste ano ficou decidido que a Secretaria de Gestão Estratégica encaminharia a atual matriz SWOT aos participantes da reunião, solicitando a percepção de cada um, relativamente ao cenário interno e externo (forças e fraquezas / oportunidades e ameaças). E que, diante disso, foram encaminhadas as análises de cenário à SGE, que, por sua vez, efetuou a devida compilação, a qual foi encaminhada para ciência de todos os participantes. Concluiu, em seguida, que a Secretaria de Gestão Estratégica realizará a análise das manifestações antes da última Reunião de Análise da Estratégia deste ano e, então, apresentará a matriz SWOT atualizada. Ressaltou que esse trabalho de identificação de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas é muito importante na medida em que subsidia a Alta Administração na tomada de decisão, assim como os gestores na confecção de planos de ação, quando necessário. Que, além disso, a atualização que está sendo realizada otimizará o processo de construção da nova matriz SWOT, quando do próximo ciclo do planejamento estratégico.

Por fim, o Desembargador-Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, oportunidade em que parabenizou a Secretaria de Gestão Estratégica pela condução dos trabalhos. Deu-se por encerrada a reunião às 10h30. Eu, Wanice Cabral Quixabeira, Chefe da Seção de Planejamento da Secretaria de Gestão Estratégica, lavrei a presente ata, que, a seguir, foi assinada eletronicamente pelos magistrados e servidores presentes.